

MARINHA DO BRASIL  
CAPITANIA FLUVIAL DA AMAZÔNIA OCIDENTAL

Manaus, AM, na data da assinatura.

PARECER DE INTERFERÊNCIA PRÉVIA (PIP)

A Autoridade Marítima, em relação à segurança da navegação e ao ordenamento do espaço aquaviário, **NADA TEM A OPOR** à obra requerida. O presente parecer não implica em autorização ou aval à obra pretendida por não ser objeto da competência da MB, nem exime o requerente do cumprimento de exigência de outros órgãos, nas esferas federal, estadual e municipal, prevista na legislação em vigor.

Este Parecer tem caráter **DEFINITIVO ou PROVISÓRIO**, considerando a possibilidade de alteração futura da posição ou a sua retirada do local da obra, prevista no item \_\_\_\_\_ (ex: 2.3.1.) da NORMAM-303/DPC, em face da necessidade de reordenamento do espaço aquaviário ou da segurança da navegação.

**NOTA:** Caso tenha sido obtido parecer favorável, o requerente deverá:

- 1) informar o início e término dos serviços à CP/DL/AG, para avaliação da necessidade de divulgação em Avisos aos Navegantes e/ou Avisos-Rádio Náuticos. Somente as obras sob e sobre águas, localizadas em áreas cartografadas pela DHN, e com pelo menos uma de suas dimensões horizontais superiores a vinte metros, serão divulgadas;
- 2) após sessenta dias do término da obra (exclusivamente para aquelas que possuam pelo menos uma de suas dimensões horizontais superiores a vinte metros), apresentar na CP/DL/AG a PFS em mídia digital removível, georreferenciada em relação à carta náutica, em formato compatível com os sistemas CAD (DXF ou DWG), conforme as instruções constantes do anexo 1-A.
- 3) em até sessenta dias após o término da obra, o proprietário da obra deverá apresentar laudo técnico declarando que a estrutura flutuante instalada apresenta condições satisfatórias de estabilidade, estanqueidade e fluviabilidade, devidamente assinado por Engenheiro Naval, com emissão de ART, caso esta seja parte integrante da estrutura fixa.
- 4) A obra deverá ser concluída no prazo de quatro anos a partir deste parecer, devendo ser observado o estabelecido no item 1.1 do Capítulo 1 da NORMAM-303/DPC.

Eu, \_\_\_\_\_, CPF/CNPJ: \_\_\_\_\_, Identidade nº \_\_\_\_\_ Órgão expedidor \_\_\_\_\_ residente: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_ Tel (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_ e-mail: \_\_\_\_\_, Vem requer a Vossa Senhoria a emissão de Parecer para realização da: \_\_\_\_\_ ( TÍTULO DO ITEM)

(O NOME DA OBRA)

Nome da obra pretendida

Coordenadas geográficas: **LAT** ° ' " **S** / **LONG** ° ' " **W**, de acordo com o item 2.3.1 da NORMAM-303/DPC.

Nestes termos, pede deferimento.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_.  
(local) (dia) (mês) (ano)

\_\_\_\_\_  
(Assinatura do Requerente)

- OBS.** 1 - As CP/DL/AG deverão postar no **VERSO** do presente requerimento todas as exigências que porventura tenham sido apontadas durante o processo e discriminar no espaço destinado ao despacho se o parecer é provisório ou definitivo;
- 2 - A emissão do **PARECER FINAL** da Autoridade Marítima estará condicionada ao cumprimento das exigências por parte do interessado junto à CP/DL/AG de origem do processo da obra; e
- 3 - Deverá ser apensada ao presente requerimento toda a documentação exigida na presente norma afeta a obra pretendida.